

## **EMPRESAS INDUSTRIAIS DE UMA CIDADE NOVA: GOIÂNIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS**

DULCE PORTILHO MACIEL

### *Explicações introdutórias*

Na ocasião em que se desenrolaram os acontecimentos que resultaram na Independência do Brasil em relação a Portugal, a parte central do território brasileiro correspondente ao atual Estado de Goiás encontrava-se em processo de esvaziamento populacional e, bem assim, de desestruturação da vida urbana, antes organizada em torno de vilas e povoados, surgidos em função das atividades de mineração ali desenvolvidas, por quase um século. Na época, as minas de ouro da região, passíveis de serem exploradas mediante as técnicas então em uso, achavam-se, virtualmente, esgotadas.

A partir desta época, a reduzida população que ali permaneceu passou a organizar uma economia de subsistência baseada em unidades de produção agrária ou agro-pastoril, isoladas umas das outras, freqüentemente, em virtude da grande extensão de terras que cada uma ocupava. Depois disto, até as primeiras décadas do século XX, as transações econômicas no interior daquele território permaneceram mínimas, assim como as que se estabeleceram entre algumas áreas dele e outras regiões brasileiras.

Nos primeiros anos da década de 1930, o maior núcleo urbano daquele Estado era a cidade de Goiás \_ antigo centro administrativo colonial \_, cuja população era de cerca de 8 mil pessoas. Nenhuma outra cidade goiana alcançava metade deste número de habitantes. Nesta época, uma vez desenrolados os acontecimentos concernentes à chamada Revolução de 1930, governava Goiás o Interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, ex-líder do movimento contrário às práticas políticas da República Velha no Brasil, em atuação naquele Estado. Partiu dele e do grupo que o apoiava a iniciativa da fundação de Goiânia, a fim de que viesse a servir de nova sede ao governo do Estado de Goiás.

A velha Capital, além de achar-se isolada das regiões goianas ultimamente envolvidas em processos de modernização econômica e sociocultural, articulando-se, sempre mais, com outras regiões brasileiras, constituía-se em poderoso foco de resistência à liderança política do Interventor e às novas orientações administrativas emanadas do grupo então no poder em Goiás.

Goiânia foi fundada em 1933, vindo a ser uma das primeiras cidades brasileiras implantadas segundo um projeto urbanístico previamente estabelecido (depois de Belo Horizonte). Ao lado desta circunstância, uma outra revestiu-se de grande importância na configuração do contexto histórico no qual se inserem os dados numéricos que vamos examinar, neste trabalho, relativos ao desenvolvimento do setor secundário da economia urbana daquela cidade; isto é, o fato de que alguns dos principais agentes de sua fundação puderam permanecer exercendo influência decisiva sobre o seu desenvolvimento, por cerca de três décadas. Em tais condições, o papel desempenhado pelo Estado (melhor dizendo, por seus agentes) na evolução de processos propriamente econômicos foi excepcional, também em comparação com outras cidades planejadas do país. O presente trabalho refere-se a este período da história de Goiânia.

Neste trabalho, tomaremos como referência numérica básica uma tabela que organizamos, em que os dados relativos ao setor industrial da economia urbana de Goiânia foram desdobrados segundo os gêneros de atividades. Os dados nela contidos resultaram

de pesquisa documental realizada nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás, tomando em consideração as empresas constituídas sob a forma de sociedades (por cotas e anônimas) e as cooperativas, que tiveram duração igual ou superior a cinco anos.

### *1. Indústrias extrativas*

Nesta classe de indústrias, 11 empresas foram organizadas e mantidas em funcionamento em Goiânia, segundo as condições mencionadas acima, no período de 1935 a 1963, compreendido na tabela apresentada à frente. Delas, apenas 1 classificava-se como sendo do reino vegetal<sup>1</sup> – trata-se da Indústria do Babaçu de Goiás S.A. (INBAGO). As demais eram indústrias extrativas de produtos minerais – uma delas era a Metais de Goiás S.A. (METAGO), fundada já no final do período de tempo aqui em foco.

Aqui, alguns reparos fazem-se necessários, a respeito de certos dados obtidos nos arquivos da Junta Comercial, referentes à fase pioneira de Goiânia (assim entendido o período entre a sua fundação e 1945), visto haver contradições entre eles e informações a que tivemos acesso mediante outras fontes. A título de exemplo, mencione-se que, naquela fase, diversas empresas (de pequeno porte, exceto uma) atuaram em Goiânia, mesmo sob contrato público com o governo estadual, sem antes ter providenciado sua inclusão no Registro do Comércio nacional, tarefa a cargo das Juntas. No caso específico da extração vegetal, a única empresa apresentada na tabela não espelha, é certo, a realidade dos fatos.

Situada na região do chamado Mato Grosso de Goiás, Goiânia era, nos seus primeiros tempos, rodeada de áreas de mata tropical (intercaladas a outras de cerrado ou de campo), repletas de madeiras-de-lei, de diversas variedades.(IBGE, 1957:288ss.) Naquela época, entre os produtos exportados pelo Estado de Goiás, encontravam-se madeira bruta, tábuas e móveis,<sup>2</sup> sendo que as estatísticas da Prefeitura da nova Capital, relativas a 1940, registraram a presença, naquele município, de 12 "indústrias da madeira" – não sendo possível saber se tratava-se da extrativa, de beneficiamento (serrarias), de móveis ou ao conjunto delas.<sup>3</sup> Nossa tabela não registra, entretanto, a presença de qualquer dessas indústrias em Goiânia, no período 1935-40.

As próprias obras de construção da cidade, em grande parte do que dizia respeito a elas, exigiam um intenso consumo de madeira – desde as edificações extremamente rústicas levadas a efeito pelo Estado para abrigar os operários daquelas obras, às molduras utilizadas na confecção de estruturas em concreto armado, às esquadrias e demais madeirames dos edifícios públicos e residenciais, etc. Por essas razões, acreditamos que, naquela fase, as atividades de extração vegetal (assim como algumas de transformação) encontravam-se, sobretudo, no campo da economia informal.

EMPRESAS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES E O CAPITAL (\*)  
 ATIVIDADES INDUSTRIAIS

PERÍODOS	35 -40		40 -45		45 -50		50 -55		55 -60		60 -63		TOTAL				MÉDIA CAPITAL/EM	
	GÊNEROS DE	Nº	CAPIT	Nº	CAPIT	Nº	CAPIT	Nº	CAPITAL	Nº	CAPIT	Nº	CAPIT	QUANT.		CAPITAL		
														Nº	%	VALO		%
1. Atividades Extrativas (vegetais e minerais)					1	257	2	24.189	3	92.683	5	308.082	11	3%	425.211	8%	38.655	
2. Indústrias de	3	236.522	10	70.060	32	409.639	67	992.621	97	685.163	159	1.289.0	368	80%	3.683.0	69%	10.008	
. Minerais não-metálicos	1	234.754	2	2.389	4	25.559	10	69.611	15	316.957	16	99.191	48	10%	748.461	14%	15.592	
. Metalurgia					1	640	3	1.856	9	79.527	9	17.167	22	5%	99.190	2%	4.508	
. Material elétrico, de E de transporte							2	20.774	10	36.689	24	84.024	36	8%	141.487	3%	3.930	
. Madeira			1	2.043	4	12.670	7	77.093	8	13.497	8	24.511	28	6%	129.814	2%	4.636	
. Mobiliário			1	383	1	1.008	3	3.612	7	7.453	10	41.206	22	5%	53.662	1%	2.439	
. Papel e Papelão					1	695	1	588	1	3.015	1	4.452	4	1%	8.750	-	2.187	
. Borracha, couros e peles			1	312			4	11.140	5	25.260	4	199.397	14	3%	236.109	4%	16.864	
. Química, farmacêutica, Sabões e velas							6	66.697	2	1.880	2	40.608	10	2%	109.185	2%	10.918	
. Vestuário e calçados					1	1.016	2	2.721	7	12.893	19	91.498	29	6%	108.128	2%	3.728	
. Prod. Alimentares e Editorial e Gráfica	2	1.768	4	38.760	15	213.697	23	534.833	27	174.749	52	594.866	123	27%	1.558.6	29%	12.672	
. Diversos			1	26.173	5	154.354	6	203.696	5	12.539	13	89.657	29	6%	460.246	9%	15.870	
3. Indústrias da Construção			1	5.375	6	28.166	8	71.254	23	359.481	39	765.298	77	17%	1.229.5	23%	15.968	
4. Serviços Industriais e de Utilidade Pública					1	2.539					1	4.781	2	-	7.320	-	3.660	
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>236.522</b>	<b>11</b>	<b>75.435</b>	<b>40</b>	<b>440.601</b>	<b>77</b>	<b>1.088.064</b>	<b>123</b>	<b>1.137.3</b>	<b>204</b>	<b>2.367.2</b>	<b>458</b>	<b>100</b>	<b>5.345.1</b>	<b>100</b>	<b>11.670</b>	
<b>Porcentagem da Indústria</b>	<b>1%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>	<b>17</b>	<b>20%</b>	<b>27</b>	<b>21%</b>	<b>45</b>	<b>44%</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

FONTE: Arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás.

(\*) Valores indexados segundo taxas de inflação encontradas pelo IBGE (1990), tomando-se como base o mês de dezembro de 1963. Em Cr\$ 1.000,00.



Já as indústrias extrativas de produtos minerais, tendo se desenvolvido, inicialmente, também por vias informais, com o tempo, vieram a se tornar um dos mais importantes ramos da economia formal no município de Goiânia. Conforme nossa tabela, as indústrias extrativas contribuíram, no conjunto do tempo nela considerado, com 3% do total das unidades empresariais de tipo sociedade do setor industrial, constituídas naquela cidade; porém, realçam-se aí, mais ainda, pelos 8% com que colaboraram para a formação do capital investido naquele setor da economia. A média de capital por empresa encontrada na mesma tabela em relação às atividades extrativas foi a mais elevada entre as obtidas pelas diversas classes e gêneros de indústrias da cidade. Observe-se aqui, todavia, que as duas mais importantes empresas estabelecidas com sede ali, para atuar neste subsetor econômico, eram de capital misto, a INBAGO e a METAGO, mencionadas atrás.

## *2. Indústrias de transformação*

Este subsetor da economia compreende todas as atividades relacionadas ao beneficiamento e transformação de matérias primas \_ no nosso caso, inclusive algumas realizadas em instalações rudimentares, usando-se técnicas tradicionais rotineiras. O Censo de 1950 classificava as indústrias de transformação nos seguintes gêneros: transformação de produtos minerais não-metálicos; metalurgia; mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte; madeira; mobiliário; papel e papelão; borracha; couros, peles e produtos similares (exclusive calçados e artigos do vestuário); química e farmacêutica; perfumarias, sabões e velas; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecido; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica; diversas. O Censo de 1960 acrescentou a estas a indústria de produtos de matérias plásticas.

Na tabela, tivemos necessidade de fazer certas agregações de dados, reunindo alguns desses gêneros de indústrias, a fim de que o quadro geral das atividades industriais, em Goiânia, pudesse ser visualizado de uma só vez. Ela não inclui, entretanto, dados a respeito de indústrias têxteis, de fumo e de produtos de matérias plásticas; isto, porque, conforme a nossa fonte, e pelos nossos critérios, elas inexisteram em Goiânia, por todo o tempo abrangido na pesquisa.

Excetuando-se o último caso, para cujo desenvolvimento são necessárias tecnologia moderna e matéria prima de complicada obtenção, em face da localização geográfica de Goiânia, essas outras ausências, por tão longo tempo, nas atividades produtivas daquela cidade, causaram-nos grande estranheza. Em primeiro lugar, porque as culturas do algodão e do fumo são tradicionais em Goiás, constituindo-se, inclusive, em itens de exportação, desde o início do século. (Borges,1990:118) Depois, em relação à indústria têxtil, é conhecida a sua tradição de fazer-se pioneira, em diversos processos de desenvolvimento industrial, desde os primórdios desse setor de atividades na Europa, até os muitos casos dessa natureza ocorridos em cidades e regiões brasileiras \_ por exemplo, no Nordeste, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos Estados da região Sul, etc.

Contudo, conferindo nossos dados com os do IBGE, nos Censos, verificamos que, de fato, tais indústrias inexisteram em Goiânia, durante todo o conjunto temporal abrangido em nossa pesquisa. E mais, o Censo de 1960 registrou, para todo o Estado de Goiás, apenas três estabelecimentos dedicados à indústria têxtil; o de 1950, nem mesmo um. Não há, neles, qualquer registro acerca da presença de indústrias de fumo em Goiás.

Não obstante tudo isto, Goiás exportava, na década de 1930, não apenas fumo, que para isto carece de beneficiamento, como também tecidos de algodão cru.<sup>4</sup> E mais, segundo as estatísticas referentes a 1940 da Prefeitura de Goiânia, esta cidade possuía, naquele ano, 6 estabelecimentos do ramo das indústrias têxteis.<sup>5</sup> O que pode explicar esta contradição é

o fato de as atividades de beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, realizados em instalações rudimentares dos estabelecimentos rurais, serem investigados pelos Censos Agropecuários. O fumo exportado por Goiás era do tipo "em rolo" e os tecidos eram produzidos em teares rústicos, do tipo doméstico tradicional, muito embora ambas estas atividades pudessem ser exploradas em moldes empresariais. Isto explicaria a inclusão de tais produtos na pauta de exportações do Estado.

Tudo isso vem corroborar as hipóteses (com as quais discordamos, conforme explicaremos adiante) de que a modernidade econômica do Estado de Goiás, hoje, deve-se mais a estímulos externos produzidos por dadas necessidades específicas do desenvolvimento da economia capitalista nacional e internacional \_ de alimentos e de matérias primas \_, do que a impulsos produzidos internamente, de avanço tecnológico. De fato houve, em Goiás, um processo de estagnação e, mesmo, de eliminação (este, ocorrido mais recentemente) de certos ramos da indústria artesanal, tradicionais na economia de Goiás, como foram os casos mencionados do fumo e dos têxteis.

Concordando com as interpretações de que os constrangimentos produzidos pelos interesses do capital podem ser decisivos na eliminação de certas atividades econômicas contrárias ao seu desenvolvimento \_ como é o caso da indústria artesanal \_, estamos convencidos, porém, de que somente podem responder positivamente aos estímulos produzidos pelo atendimento às necessidades vitais desse mesmo capital \_ como são os casos das matérias primas e dos alimentos, mas também de alguns produtos acabados, inclusive os alimentares \_, aqueles que se encontram capacitados para isso e, principalmente, se em grande escala.

O Estado de Goiás achou-se, no decorrer dos últimos cinquenta anos, progressivamente apto a oferecer tais respostas; isto implicou, certamente, na existência de um anterior e concomitante processo interno de aperfeiçoamento das forças produtivas, sem o qual isto não teria sido possível. Este aspecto, segundo nossa compreensão, não pode ser subestimado em estudos a respeito do desenvolvimento daquele Estado.

Retomando a tabela, vamos agora examinar os dados aí contidos a respeito das indústrias de transformação. Começamos por chamar a atenção para a seqüência com que os seus diferentes ramos colocaram-se na economia da cidade de Goiânia, adotando-se, como critério principal, a ordem de grandeza do capital concentrado em cada um deles. A seqüência é a seguinte: 1º. - Produtos alimentares e bebidas \_ 27% do total das empresas constituídas no setor industrial e 29% do capital aí investido; 2º. - Transformação de produtos minerais não metálicos \_ 10% das empresas e 14% do capital; 3º. - Editorial e gráfica \_ 6% das empresas e 9% do capital; 4º. - Borracha, couros e peles \_ 3% das empresas e 4% do capital; 5º. - Material elétrico, de comunicação e de transporte \_ 8% das empresas e 3% do capital; 6º. - Madeira e Vestuário e calçados \_ ambos com 6% das empresas e 2% do capital; 7º. - Metalúrgica \_ 5% das empresas e 2% do capital; 8º. - Química, farmacêutica, perfumarias, sabões e velas \_ 2% das empresas e 2% do capital; 9º. - Mobiliário \_ 5% das empresas e 1% do capital; 10º. - Diversas \_ 1% das empresas e 1% do capital; 11º. - Papel e papelão \_ 1% das empresas e menos de 1% do capital.

Para realizar as agregações de dados, da forma como são apresentados na tabela, utilizamos critérios diferentes, segundo os casos. No primeiro e mais importante deles, reunimos as indústrias de produtos alimentares às de bebidas, tomando em consideração o fato de que algumas delas produziam gêneros de ambos os tipos \_ doces e xaropes; açúcar e álcool; etc. Contudo, devemos ressaltar que as indústrias que se dedicavam exclusivamente ao ramo dos produtos alimentares predominavam fortemente sobre as de bebidas. A indústria de produtos alimentares abrange: estabelecimentos de beneficiamento, torrefação e moagem de grãos; frigoríficos; charqueadas; laticínios; fábricas de conservas,

açúcar, balas, massas, biscoitos, ração, sal, óleos, etc. A indústria de bebidas diz respeito à produção e/ou engarrafamento de vinho, cerveja, água, refrigerantes, xaropes, álcool, etc.

Estes gêneros de indústrias dominaram a economia urbana de Goiânia desde os seus primeiros tempos. Nossos dados referentes às organizações societárias do setor privado da economia apresentam, para o período 1935-40, por exemplo, 2 empresas desses gêneros de atividades (1 de cada). Isto representava dois terços de todo o setor industrial, naquele período. Por outro lado, as estatísticas da Prefeitura de Goiânia (que puderam detectar também os estabelecimentos da economia informal), referentes a 1940 (já mencionadas), registraram a presença, naquela cidade, de 11 "indústrias alimentares" e de 2 "indústrias de beneficiamento". Estes 13 casos representavam 23% dos 60 estabelecimentos industriais encontrados pela Prefeitura.

A precocidade do desenvolvimento de tais atividades na economia de Goiânia guarda, certamente, relação com a necessidade de abastecimento da nova cidade, cuja população aglomerada crescia em ritmo extraordinário, desde os seus primeiros tempos. Esta foi, aliás, uma das questões de mais difícil administração no desenvolvimento da vida urbana ali; no começo, sobretudo, mas perdurando por todo o tempo por nós estudado.

A intervenção do Estado na economia da cidade de Goiânia, tendo-se em vista o abastecimento à sua população, tomou variadas formas, como, por exemplo, a criação e administração de "cantina" para operários, criação de armazéns de emergência, construção e administração de um Matadouro Municipal, instalação de açougues construídos segundo normas sanitárias rigorosas (como todas baixadas no começo de Goiânia), construção e/ou administração de mercados públicos (pelo menos cinco, até o final do nosso período), etc.

O estímulo à instalação de indústrias de produtos alimentares oferecido por uma demanda local sempre em excepcional crescimento por tais gêneros, como a ocorrida no caso de Goiânia, certamente que foi decisivo no desenvolvimento desse ramo de atividade. Contudo, a partir de certo momento, sua capacidade de produção esteve também apta a atender outros mercados, a começar pelo criado com a construção de Brasília e seu também rápido crescimento populacional. Segundo M. Katzman (1975:45-46), perto de 80% dos alimentos consumidos nesta cidade, em 1970, eram provenientes do Estado de Goiás. Ainda nessa época, ela não dispunha de indústrias de processamento de carne.

Em Goiânia, as indústrias de laticínios e os frigoríficos desempenharam papel destacado entre as indústrias de produtos alimentares. Isto foi propiciado, naturalmente, pela grande abundância dessas matérias primas existente em todo o Estado de Goiás e, mais particularmente, no próprio município da Capital. A fundação de Goiânia foi seguida de um rápido e intenso surto agropecuário na região ao seu entorno (Bertran, 1988:95-96), sendo mesmo que, ainda na década de 1950, essa era a principal atividade econômica daquele município. (IBGE, 1958:187) Hoje, diversas das principais indústrias de produtos alimentares de Goiânia destinam grande parte de sua produção a mercados externos a Goiás. Isto, sem se falar das agro-indústrias do município que, atualmente, destinam a maior parte de sua produção ao mercado externo. (Pauta Editora/ACIEG, 1985, *passim*)

Para que se tenha idéia do significado que teve para o desenvolvimento posterior desses ramos industriais a base que se veio sedimentando desde cedo na economia de Goiânia, basta dizer que, em 1985 \_ 50 anos, portanto, depois de iniciado o processo de sua constituição naquela cidade \_, das 100 maiores empresas, quanto à contribuição para o ICM em Goiás, 39 eram sediadas em Goiânia e, destas, 20 haviam sido fundadas antes de 1963; destas últimas, 5 (um quarto delas, pois) eram fabricantes de alimentos e bebidas.<sup>6</sup>

Conforme nossa tabela, no que diz respeito à indústria de transformação, o ramo situado em segundo lugar em porte na economia urbana de Goiânia foi o de produtos minerais não-metálicos \_ 10% das empresas constituídas no setor industrial e 14% do

capital aí investido. Foi também um dos ramos com maior média na relação capital-empresa, entre os abrangidos na tabela.

Tal desempenho parece natural, considerando-se a função de complementaridade que a atividade exerce em relação à da construção civil, ramo de indústria muito desenvolvido na economia de Goiânia. A atividade abrange: britamento, aparelhamento e outros trabalhos com pedra, mármore, cristal, etc.; fabricação de cal, cerâmica, azulejo, porcelana, cimento e peças de cimento, gesso, concreto e artefatos de concreto, vidro, etc.

Na maior parte dessas atividades, as matérias primas utilizadas eram abundantes na região próxima a Goiânia \_ pedras, cal, cerâmicas exclusivamente de barro, etc. Contudo, para outras havia grande dificuldade no seu abastecimento regular de matérias primas, em face, sobretudo, das más condições dos meios de transporte então existentes; ou, então, da irregular capacidade dos fornecedores externos para isso, principalmente no caso de matérias primas elaboradas (cimento, por exemplo).

Não obstante o sucesso obtido por esse gênero de indústria em Goiânia, contrariamente ao que se poderia esperar, nenhuma empresa desse ramo de atividade consta da lista que fizemos, mencionada atrás, das 20 maiores do ICM em Goiás, em 1985, estabelecidas na Capital em época anterior a 1963. Isto parece estar indicando ter ocorrido, naquela cidade, um arrefecimento posterior ao período considerado em nossa pesquisa, na intensidade dos lucros oferecidos a tais atividades; ou, então, que houve, em época anterior a 1985, um processo de rotação das empresas com atuação no ramo \_ o que seria indicativo de uma pequena sedimentação dele, nas suas bases originais \_; ou ainda, que ambas as situações tenham acontecido. É impossível, no âmbito de nossa pesquisa, oferecer resposta a esta questão, já que ultrapassa nossos limites cronológicos.

O ramo de atividade que se situou em terceiro lugar na indústria de transformação, em Goiânia, foi o editorial e gráfico \_ 6% das empresas do setor industrial e 9% do capital. Foi também um dos que tiveram média mais elevada na relação capital-empresa. Surpreendemo-nos com isto. Afinal, abrigavam ou não, Goiás e Goiânia (esta, por consequência do primeiro), uma população predominantemente analfabeta e rústica, conforme estávamos informados?<sup>7</sup> Essa atividade diz respeito à impressão e edição de publicações \_ livros, revistas, jornais, etc. \_ e, também, à impressão gráfica de material escolar, comercial, administrativo, etc.

Imaginamos, então, que esse gênero de negócios poderia ter contado, já desde o seu início na cidade, com pelo menos um cliente de grande peso: a máquina burocrática do Estado. De fato, embora este dispusesse, desde o começo, de instalações gráficas e organização editorial próprios \_ a Imprensa Oficial<sup>8</sup> \_ e mesmo, já no final, de um complexo sistema de comunicações \_ o Consórcio de Empresas de Rádiodifusão e Notícias do Estado (CERNE), criado em 1962 (Rabelo, 1978:124-125) \_, restou ainda a ser encomendado ao setor privado desse ramo de atividades um grande volume de serviços gráficos, além de outros, relacionados à informação e às comunicações. Por outro lado, sendo os dois principais personagens da história da cidade, durante as suas duas primeiras décadas, o Interventor e Governador Pedro Ludovico Teixeira e o Prefeito Venerando de Freitas Borges, além de políticos, também homens de imprensa,<sup>9</sup> ofereceram apoio substantivo ao desenvolvimento dessa atividade, em Goiânia.

No conjunto do tempo aqui considerado, circularam, em Goiânia, pelo menos 26 jornais diferentes e 7 revistas, fundados pela iniciativa privada na cidade. (Lisita Jr., 1984:156-161 e Sabino Jr., 1980:82-85) A área de editoração de livros esteve coberta por inúmeras oficinas gráficas e ainda por pelo menos duas editoras \_ uma era também livraria e ambas editavam jornais. (FIEG/SENAI, *op.cit.*)



Curiosamente, nenhuma das empresas constituídas com objetivos editoriais, em Goiânia, constou da relação das 20 maiores em 1985, mencionada atrás. Contudo, se para fins de cobrança do ICM fossem considerados como unidades os conjuntos de empresas conglomeradas, sob o controle de um mesmo grupo econômico, bem provavelmente estariam incluídas nela as Organizações J. Câmara. Suas atividades iniciaram-se em 1939, com a fundação do jornal *O Popular*, e atuação também nos serviços gráficos em geral. Em 1946, constituía-se a sociedade anônima J. Câmara & Irmãos S/A que, entre outras finalidades, tinha a de dar prosseguimento à edição do referido jornal.<sup>10</sup> Em 1955, o grupo fundou a Rádio Anhangüera. Depois, foi prosseguindo com iniciativas do mesmo gênero, até que, em 1984, além dos dois veículos de comunicação mencionados, reunia a Rádio Araguaia, a Tv. Anhangüera, a Tv. Tocantins (de Anápolis), o *Jornal do Tocantins* (de Araguaína) e o *Jornal de Brasília* (da Capital federal). (Lisita Jr.1984:56-57)

Pelas razões que acabamos de mencionar, além de outras, estamos certos de que a imprensa, em mãos particulares, exerceu papel extremamente importante na configuração que teve, em muitos sentidos, o desenvolvimento da cidade de Goiânia. Por outro lado, estamos também convencidos de que a população goiana em geral, mas, em particular, a que se transferiu para Goiânia, havia já alcançado, antes da fundação da cidade, um patamar de cultura bem superior ao que se costuma julgar. O sucesso obtido pelo setor editorial e gráfico da cidade, ainda nos primórdios de sua história, é um atestado disto.

Os outros ramos da indústria de transformação, em Goiânia, tomados cada um *per se*, ocuparam posição secundária na economia da cidade, conforme foi visto. Contudo, para que se possa compreender a forma que tomou o conjunto desse subsector naquela economia, em certos aspectos de seu processo evolutivo, vamos apresentar, a seguir, informações resumidas a respeito também deles.

Começando pelas atividades por nós abrangidas no item borracha, couros e peles, devemos dizer que, no início do período em causa na nossa pesquisa, a indústria do couro teve maior significado, principalmente pela contribuição oferecida pelos curtumes, na época, a atividade mais desenvolvida em Goiânia, entre as consideradas neste momento. Depois, entretanto, foi ganhando vulto a indústria de pneumáticos e outros artefatos de borracha utilizados em veículos. Ao final do nosso período, a cidade já possuía pelo menos três grandes empresas dedicadas à reforma de pneumáticos, amortecedores, etc., sendo que uma delas acha-se incluída na lista das 20 maiores do ICM em 1985, mencionada antes.

Quanto ao item seguinte, o dos materiais elétricos, de comunicação e de transportes, ao que indica a pequena média de capital por empresa, encontrada em nossa tabela, constituía-se, principalmente, de pequenos negócios. Contudo, a presença, com certo destaque, de tais atividades industriais na economia urbana de Goiânia representa, por si, um importante indicador do grau de modernidade que o modo de vida de sua população veio adquirindo em curto espaço de tempo.

Acerca da indústria madeireira, como dissemos antes, seu desenvolvimento inicial teve relação estreita com o atendimento de necessidades das obras básicas executadas pelo Estado, no começo da edificação da cidade. Em seguida, ao que tudo indica, esteve vinculada ao grande crescimento ocorrido nas atividades de construção civil levadas a efeito pelo setor privado na mesma cidade. Por último, entretanto, sua expansão também relacionou-se com o atendimento à demanda por madeira elaborada de mercados externos a Goiás; isto, segundo deduzimos do fato de uma das 20 maiores do ICM, da lista antes citada, ter passado a destinar parte de sua produção a outras regiões brasileiras e, mais recentemente, também ao mercado internacional. (Pauta Editora/ACIEG,1984:88)

O ramo industrial de artigos do vestuário e calçados, em Goiânia, formou-se com base em negócios de pequena monta \_ alfaiatarias, pequenas confecções de artigos

femininos e fábricas de "calçados grossos" (estes usados geralmente pela população rural, mas também pela urbana de menor poder aquisitivo, no caso das cidades goianas). Aqui, devemos chamar a atenção para o fato de, em Goiânia, não terem existido indústrias têxteis na fase compreendida na pesquisa, o que representava, para a sua economia intra-urbana, dependência quanto a fornecimentos externos.

Em relação à fabricação de calçados, naturalmente que a existência de matéria prima abundante (elaborada pelos curtumes) contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade localmente. E a tradição que se formou com a experiência adquirida nesse ramo veio a ser, por certo, fator decisivo para que viesse a alcançar o desempenho que tem hoje na economia da cidade. Atualmente, além de destinar parte de sua produção ao mercado externo (nacional e estrangeiro), reunido à indústria de confecções, ocupa a segunda posição no setor industrial de Goiânia quanto ao número de empresas, em substituição ao ramo dos produtos minerais não-metálicos. (Goianidade,1992:60)

A indústria metalúrgica, em Goiânia, originou-se da atividade artesanal desenvolvida em pequenas serralherias, estabelecidas para atender à demanda da construção civil por esquadrias e outros artefatos de metal. Depois, alguns daqueles antigos estabelecimentos vieram a se transformar em empresas industriais de porte considerável. A lista das 20 maiores do ICM, que nos vem servindo de referência, inclui duas empresas da indústria metalúrgica (uma foi serralheria, originalmente), sendo que a sua produção de perfilados de ferro e outros produtos siderúrgicos e metalúrgicos destina-se, em parte, ao mercado nacional externo a Goiás. (Pauta Editora/ACIEG,*op.cit.*:53e78)

A indústria de móveis também nasceu, em Goiânia, composta de pequenos estabelecimentos, que se dedicavam à confecção artesanal de móveis ou de colchões, estes últimos de capim ou de crina. Ultimamente, este ramo de produção tem ocupado lugar importante no setor industrial do município de Goiânia \_ o quarto quanto ao número de estabelecimentos, em 1990. (Goianidade,*ibid.*:59)

Os outros ramos da indústria de transformação estabelecidos em Goiânia no período por nós estudado tiveram pouca significação na economia da cidade: química e farmacêutica; perfumarias, sabões e velas; papel e papelão; e diversas (instrumentos e aparelhos não-elétricos, lapidação e ourivesaria, vassouras e similares, gelo, botões, fivelas, etc.). Porém, desejamos chamar aqui a atenção para dois pontos referentes a eles.

Em primeiro lugar, observemos a pequena importância que teve ali a indústria de papel e papelão, incompatível, de todo, com o nível de desenvolvimento alcançado pelo ramo gráfico e editorial da economia da cidade. Em seguida, devemos informar que muito embora as indústrias químicas e farmacêuticas tenham se desenvolvido tardiamente na economia de Goiânia, elas depois vieram a exercer ali um relevante papel \_ uma das 100 maiores do ICM em Goiás, em 1985, era um grande laboratório que exportava sua produção para todo o Brasil e também para o exterior. (Pauta Editora/ACIEG,*op.cit.*:37) Bem provavelmente, o seu atual desempenho guarda relação com a intervenção levada a efeito pelo Estado sobre tais atividades, em 1962, estabelecendo-se no setor empresarial desse ramo, com a criação de uma organização de economia mista, a IQUEGO \_ Indústrias Químicas do Estado de Goiás. (Ferrari,1988:183)

### *3. Indústria da construção civil*

Esta classe de indústria abrange atividades de: elaboração de projetos, administração e fiscalização de obras; cálculos técnicos, orçamentos e projetos de arquitetura; construção, reparação e demolição de edifícios; construção e reparação de estradas de rodagem,

ferrovias, pontes, ruas, etc.; obras para abastecimento de água, saneamento, energia, etc. Importa-nos tratar, aqui, das empresas que se ocuparam da edificação de prédios particulares em Goiânia (residenciais, industriais, comerciais, etc.) \_ as obras referentes aos serviços industriais e de utilidade pública, à edificação de prédios públicos, assim como as implicadas nos serviços de urbanização, foram examinadas em outro trabalho de nossa autoria; as atividades de construção civil realizadas na zona rural e/ou em outros municípios não se constituíram em objeto de nossa pesquisa.

Em Goiânia, todavia, a indústria da construção civil nasceu pelas mãos do Estado, que, além de ter empreendido todas as obras de urbanização da cidade e de edificação dos prédios públicos, constituiu-se no principal agente incorporador e construtor de moradias, postas à venda a particulares no início da implantação do seu núcleo urbano. Além do mais, o Estado manteve controle quase absoluto sobre as ações levadas a efeito nessa área pela iniciativa privada, até 1945. Então, vamos incluir aqui também as ações levadas a efeito pelo setor estatal da economia urbana de Goiânia, no que diz respeito à construção de prédios residenciais e outros, em geral levadas a efeito pela iniciativa privada.

Segundo um contrato assinado em 15 de janeiro de 1935, entre o Estado de Goiás e o arquiteto Atílio Correa Lima (autor do primeiro plano urbanístico de Goiânia), representante da firma P. Antunes Ribeiro e Cia., com sede na cidade do Rio de Janeiro, a última obrigava-se a: a)"apresentar os projetos necessários para dez casas-tipos..."; b)"fornecer as especificações, aproveitando o mais possível os materiais locais"; c)"acompanhar as construções até o final..."<sup>11</sup> Em 26 de abril de 1935, estando já adiantada a construção dessas dez primeiras casas, destinadas a servir de modelo para as outras a serem construídas na nova cidade, esse e outro contrato (de 28 de setembro de 1933, para construção de prédios públicos) assinados entre aquelas duas partes foram rescindidos.<sup>12</sup>

Antes disto, por força de um contrato firmado com o Estado, em 4 de dezembro de 1934, a firma Coimbra Bueno & Cia (com sede na cidade do Rio de Janeiro) assumira a direção da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital,<sup>13</sup> até então exercida por membros do quadro administrativo estadual. Em 11 de junho de 1935, mediante um novo contrato com o Estado de Goiás, essa mesma firma incumbiu-se da "terminação", no prazo mais breve possível, dos prédios públicos iniciados pela P. Antunes Ribeiro, e também daquelas 10 casas-tipo.<sup>14</sup>

Em 28 de outubro do mesmo ano de 1935, a firma Coimbra Bueno assinava novo contrato com o Estado de Goiás, mediante o qual obrigava-se a fiscalizar a execução dos serviços contratados pelo último com a Empresa Lar Nacional S/A.<sup>15</sup> De acordo com o contrato entre esta empresa (com sede na cidade de São Paulo) e o Estado, assinado em 21 de maio de 1935, a primeira obrigava-se a executar "obras de construção de edifícios residenciais, sob diversos tipos, cujas plantas e especificações serão prévia e devidamente aprovadas e escolhidas pelo governo..."<sup>16</sup>

Naquela ocasião, o problema da moradia, em Goiânia, era crucial, não apenas para possibilitar a transferência dos funcionários públicos, da cidade de Goiás para a nova sede do governo estadual, como também para abrigar os trabalhadores qualificados, ocupados nas atividades de edificação da cidade. Para a maioria dos trabalhadores das obras de Goiânia, entretanto, estavam reservadas acomodações as mais precárias possíveis: "...atravessando o córrego Botafogo... era ali que os operários se acomodavam, em casas de capim, de qualquer maneira." (Prefeitura Municipal de Goiânia, 1985:39-41)

Por ocasião da mudança definitiva da sede do governo estadual para a nova cidade (em 1937), o Governador Pedro Ludovico Teixeira determinou que fossem construídos, "administrativamente", 15 edifícios e também que fosse colocada em concorrência pública a construção de outros 15, todos destinados a abrigar funcionários públicos.<sup>17</sup> A firma

Coimbra Bueno responsabilizou-se pela construção dos 30 prédios: dos 15 primeiros, enquanto encarregada da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital; e dos outros, na condição de empresa privada, vencedora de concorrência pública para isso realizada.

Estava em vigência, naquela época, o Regulamento para Venda de Casas a Prestações, aprovado pelo Decreto nº-326 (de 02 de agosto de 1935), que estabelecia as condições sob as quais os candidatos à aquisição de casa própria, ao Estado, na cidade de Goiânia, poderiam vir a fazê-lo. Definia três classes de pretendentes: a) funcionários públicos estaduais; b) funcionários públicos federais e municipais; c) pessoas estranhas aos quadros do funcionalismo público. Nos dois primeiros casos, o pagamento seria feito mediante consignação nas respectivas folhas mensais de pagamento. No último, os mutuários receberiam uma "caderneta" para anotações dos pagamentos efetuados em repartições competentes. Constituíam-se em objetos de venda a prestações os prédios construídos pela empresa Lar Nacional, ou outra que viesse a estabelecer contrato com o Estado para esse fim; e também os prédios construídos "por administração", isto é, aqueles executados, naquela ocasião, diretamente pela Superintendência.

O curioso desta questão é que o Estado havia aí encontrado uma forma muito simples de auferir lucros imediatos, com a sua atuação em atividades da construção civil; ou seja: mediante a venda compulsória de seu produto aos funcionários públicos, obrigados a transferir residência para a nova Capital. E, mesmo no caso dos prédios a serem construídos pela Empresa Lar Nacional, o Estado, tendo se comprometido a financiar as obras, não descuidou de garantir rendimentos para si em tal transação. Na exposição de motivos que antecede o Regulamento mencionado acima, explicava-se o seguinte: "... tendo o Governo assumido o compromisso de pagar à Lar Nacional a quantia de... 120:000\$000 por ano... no total aproximadamente de 700 contos, durante 10 anos... está claro que esse pagamento poderá ser feito com a própria arrecadação das prestações, que será sempre de quantia superior à exigida para o financiamento do contrato."

Ocorreu, porém, que essa empresa veio a descumprir o contrato, tendo paralisado suas atividades em Goiânia numa ocasião em que as obras a seu cargo estavam ainda pouco adiantadas. Tais obras foram concluídas, do mesmo modo que a maioria das outras naquela época, "por administração" do Estado, ou seja, pela Superintendência.<sup>18</sup>

Era muito intensa a atividade deste órgão, também na prestação de serviços técnicos a particulares, sobretudo, na elaboração de projetos arquitetônicos \_ residenciais, comerciais, mistos (residenciais e comerciais ao mesmo tempo), industriais, escolares e outros.<sup>19</sup> Esse tipo de trabalho era então considerado de grande relevância, por dois motivos: "por um lado, facilitando ao proprietário uma rápida solução do projeto e de sua aprovação, e por outro lado, dando à cidade um tipo padrão de casa de nível elevado, de acordo com as modernas orientações técnicas e arquitetônicas." Porém, os prestadores de tais serviços cuidaram de transformar essa atividade em mais um meio de se ganhar dinheiro: "sobre a planta... do prédio, é cobrada uma taxa de 1\$500 por metro quadrado, na parte destinada ao comércio, e de 1\$000, na parte residencial."<sup>20</sup>

A Superintendência era a instância competente para a concessão de alvarás de licença para construções (portanto, para a aprovação de plantas arquitetônicas) e que se encarregava também da fiscalização das obras e da concessão dos "habite-se". A firma Coimbra Bueno, contratada para dirigir as suas atividades (entre o final de 1934 e o começo de 1938), recebia comissões vultosas (variavam de um contrato para outro, dos diversos que assinou com o Estado) sobre o valor dos serviços executados pela Superintendência; e, para muitos efeitos, a natureza privada da primeira e a pública da última estiveram completamente confundidas.

Em 23 de julho de 1937, a Lei Nº. 196-A determinava que seria criado um "Departamento de Engenharia", que o executivo organizaria como melhor conviesse aos interesses do Estado e no qual seriam aproveitados todos, ou alguns, dos funcionários da Superintendência. O novo departamento deveria, tanto quanto possível, estabelecer continuidade técnica e administrativa às atividades da Superintendência, a ser extinta. Esta, entretanto, somente veio a ser desativada em inícios de 1938, quando se implantou, para substituí-la, a Diretoria Geral da Produção e Trânsito.

Enquanto a Superintendência durou, sob a direção da firma Coimbra Bueno, deteve poder tão extraordinário em relação ao desenvolvimento da cidade que, em muitos sentidos, chegou mesmo a substituir o executivo estadual em ações, na época, de absoluta competência deste. Foi desta natureza o caso, por exemplo, da Portaria Nº. 67, expedida pela Superintendência, em agosto de 1937, documento que vem sendo considerado o primeiro código de obras de Goiânia. (Cordeiro *et* Queiroz, 1990:34) Este documento estabelecia normas extremamente rígidas para a edificação de prédios comerciais e residenciais em Goiânia, definindo, detalhadamente: taxas de ocupação do solo, afastamentos, etc., segundo as zonas da cidade; dimensões, materiais e demais elementos para cada tipo de compartimento, conforme seu uso; espessuras de paredes, fachadas, acabamentos, etc. Continha também disposições a respeito de penalidades, licenças, etc.<sup>21</sup>

A ação desenvolvida pelo Estado, em certas circunstâncias, mediante relação simbiótica com representante do capital privado, sobre o ramo da edificação de prédios foi, portanto, de excepcional alcance, quanto aos seus efeitos indiretos. Estes excederam, em grau elevado, ao que resultou como produto tangível de sua atuação direta no mercado imobiliário; ou seja, o número de edifícios que de fato construiu, durante aquela fase da história da cidade. Em 1939, por exemplo, a contribuição já oferecida pelo Estado ao mercado imobiliário-habitacional da cidade tinha sido modesta: 193 habitações colocadas à venda, pelo sistema de prestações a longo prazo (até 15 anos).<sup>22</sup>

Naquele ano de 1939, Goiânia, então com 5 anos, a contar do início das obras para sua implantação, possuía 3.349 edificações, aí incluídas as localizadas no bairro de Campinas (anteriormente, cidade do mesmo nome) e as "provisórias" do bairro proletário do Botafogo \_ estas, sendo 115 de alvenaria e 207 barracões e casebres. O índice de edificações urbanas, considerado o número de alvarás de licença para construção concedidos naquele exercício, foi de mais de um prédio por dia.<sup>23</sup> A partir daí, a progressão de tal índice deve ter sido muito significativa, em face do ritmo sempre mais intenso do crescimento populacional verificado em Goiânia, ao longo do período estudado.

Quanto ao assunto da atuação do Estado sobre o ramo da edificação de prédios, devemos dizer ainda que, no que diz respeito aos edifícios públicos, ela permaneceu intensa até 1942, ano da inauguração da cidade. Na área habitacional, porém, a ação do governo estadual já nessa ocasião achava-se bastante diminuída. A partir então, orientou-se mais no sentido da colaboração (de toda ordem, e também nessa área) com as atividades da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada nacionalmente em 1942 e dirigida, em Goiás, desde aquele ano até 1961 (com certos intervalos), pela Senhora Gercina Borges Teixeira, esposa de Pedro Ludovico Teixeira \_ este, sucessivamente, interventor federal, senador, governador e outra vez senador, nesse período.

Desde 1947, a competência para legislar a respeito da ocupação e uso do espaço urbano, em Goiânia, foi exercida pelo poder municipal, muito embora a interferência do governo estadual nos assuntos municipais, de toda natureza, tenha durado, com maior ou menor intensidade, até o final do nosso período. Por sinal que, naquele ano, dois regulamentos foram baixados, com relação esse ponto: um pelo governo municipal e outro pelo estadual. Falemos, primeiro, deste último.

Trata-se do decreto-lei nº-885, de 28 de fevereiro de 1947, baixado pelo então Interventor Federal em Goiás (Joaquim Machado de Araújo), mas já se achando prestes a ser empossado (a 22 de março de 1947) o novo governador eleito, pela UDN, Jerônimo Coimbra Bueno \_ este, o principal sócio da firma Coimbra Bueno & Cia., que se envolveria em grandes negócios no setor imobiliário de Goiânia, sobretudo no agenciamento de novos loteamentos. Por aquele ato, dava-se a denominação de "Casa Dutra" a um tipo de habitação popular: "cujos projetos, elaborados pelo engenheiro Coimbra Bueno, ficam aprovados... Na Capital do Estado, o alvará será expedido mediante entrada... de petição do interessado, acompanhada de documento que comprove posse legal do terreno..."

O ato oriundo do governo municipal foi o decreto-lei nº-574, de 12 de maio de 1947, que aprovou o *Código de Edificações de Goiânia*, o qual esteve em vigência, exceto no que diz respeito às disposições acerca de novos loteamentos, até o final do período aqui em foco. Para o que nos importa, no momento, seus dispositivos referem-se à construção, modificações, demolições, consertos, reformas, ocupação e uso de edifícios, etc.

Foi assinado pelo então prefeito nomeado, Ismerino Soares de Carvalho que, formado em engenharia, passara a integrar a equipe técnica da Superintendência Geral das Obras de Goiânia (e/ou da firma Coimbra Bueno e Cia.) em 1937, e, desde 1944, tornara-se o principal dirigente de uma das primeiras empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima em Goiânia, a Sociedade Técnica e Comercial de Goiânia \_ SOTECA S/A.<sup>24</sup> Na ocasião em que o Código de Edificações foi promulgado, já se achava eleito, pelo PSD, o primeiro prefeito escolhido por voto popular em Goiânia, o engenheiro Eurico Vianna. Membro do quadro do funcionalismo público estadual, ele fora o primeiro superintendente-técnico das obras da nova Capital.

Vejamos alguns pontos importantes estabelecidos naquele código,<sup>25</sup> porque foi ele o instrumento legal norteador de todas as atividades da construção civil em Goiânia, por todo o restante do tempo aqui examinado. Determinava, entre outras coisas, que os requerimentos de licença para execução de obras seriam acompanhados de plantas cotadas dos pavimentos a serem construídos, modificados ou acrescidos, indicando-se nelas os destinos de cada compartimento, suas dimensões e áreas, assim como as dimensões e áreas dos terrenos, vãos de iluminação e ventilação, varandas, etc. Somente poderiam assinar qualquer desenho, projeto ou cálculo, ou encarregar-se da execução de obras, profissionais portadores de carteira fornecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Isto significava que não haveria mais lugar, naquela cidade, para a auto-construção, ou a contratação de serviços administrativos prestados por indivíduos semi-qualificados, os mestres-de-obras autônomos. Esses eram os expedientes a que se recorriam, preferencialmente, na fase pioneira de Goiânia, uma vez que a contribuição do Estado ao mercado imobiliário fora proporcionalmente pequena, e inexistiam, inicialmente, na cidade e no Estado de Goiás, outros profissionais qualificados nas áreas da engenharia e arquitetura, além daqueles que se encontravam a serviço do mesmo Estado.

Aquele código continha disposições bem mais flexíveis acerca de "habitações proletárias de tipo econômico", a serem edificadas em bairros residenciais secundários, zonas suburbanas e zona rural. Elas seriam constituídas de um único pavimento, com área máxima de 60 m<sup>2</sup>. A Prefeitura teria à disposição dos interessados vários projetos para construções deste tipo. Mas abria-se nele, também, mais uma área a ser explorada pelos interesses empresariais da construção civil: "É permitida a construção de grupos de casas proletárias... sendo no entanto proibida a venda de mais de uma casa a cada pessoa... As casas construídas nas condições referidas... enquanto não vendidas..., gozarão de redução de cinquenta por cento... nos impostos."

Dessa vez, seria a hora dos profissionais da engenharia e da arquitetura, e de sua atuação na atividade produtiva da cidade,<sup>26</sup> sobretudo na área da construção civil. O grupo cresceu, multiplicou-se no número de integrantes e no rol de interesses em que se envolvia, e foi adquirindo sempre mais desenvoltura na expansão do seu âmbito de atuação. Seu núcleo original plantara-se no seio mesmo do Estado e, a partir desta base, pode crescer-se de novos membros com facilidade, requisitados de muitas outras partes do país. Perdida aquela base, o grupo havia já lançado raízes profundas na economia e na vida da cidade, tendo conseguido transformar, radicalmente, velhos modos de fazer e de pensar no tocante à questão da moradia e a outras correlatas.

A partir da segunda metade da década de 1940, a indústria da construção civil em moldes empresariais, pelo setor privado da economia, ganhou impulso sempre crescente em Goiânia. O resultado disto foi que essa classe de indústria, nascida timidamente no período imediatamente anterior a esse, obteve, no conjunto do tempo aqui considerado, conforme pesquisa que realizamos sobre o setor empresarial da economia de Goiânia, em seu todo \_ da qual este trabalho deriva \_, o segundo posto na economia da cidade, observando-se cada ramo de atividade *per se*. Alcançou, sozinho, 12% do total das empresas eleitas para enfoque principal da pesquisa (organizações societárias, com duração igual ou superior a cinco anos); e, principalmente, foi responsável pela formação de 16% do capital investido na economia da cidade pelo conjunto delas.

O IBGE, em 1958, surpreendia-se com o grau de crescimento alcançado, em Goiânia, pela indústria da construção civil. Na falta de dados quantitativos a este respeito (as repartições públicas, controladoras do assunto, não conseguiam acompanhar seu ritmo, adequadamente), realizou cálculos estimativos, do seguinte modo:

"Tomando-se como ponto de partida os dados do Censo de 1950, vê-se que existiam, naquela época, em Goiânia, 7.000 domicílios, em números redondos (assim considerada a residência de cada família), para uma população de 40.333 pessoas, o que dá uma média de 5,7 habitantes por domicílio. Aceitando-se o mesmo ritmo de crescimento verificado de 1940 a 1950 (170%), obter-se-á uma população de 80 a 85 mil habitantes, aproximadamente (85.571 é a estimativa do Laboratório de Estatística do CNE, para 1957) para o qual são necessários de 14 a 15 mil domicílios, mais ou menos, do que resulta a *média de 4 construções diárias*. [Grifo nosso] É razoável, portanto, a estimativa da existência de cerca de 18 a 20 mil domicílios para abrigar os 100 e poucos mil habitantes presumíveis como moradores atuais da capital." (IBGE,1958:191)

A partir de 1960, esteve em estudo um novo Plano Diretor para Goiânia, com o objetivo de se reordenar o espaço urbano da cidade. Seu desenvolvimento, nos últimos 10 anos, estivera praticamente fora de controle por parte do Estado \_ este, antes tão cioso desse seu mister. Contudo, para o que interessava à construção civil, em relação ao novo plano \_ que atenderia "a exigência natural do crescimento geográfico da cidade" \_ os estudos tendiam no sentido de se estabelecer um novo gabarito para os edifícios situados nas ruas mais amplas do centro da cidade; poderiam atingir até quinze pavimentos. (*Folha de Goiás, apud* IPLAN, 1986:83) Até aquela ocasião, o limite era de oito andares nessas ruas, conforme determinava o ainda vigente código de edificações de 1947. O novo Plano Diretor não chegou a ser implantado, devido às conturbações que produziu na administração da cidade o movimento político-militar de 1964 no Brasil.

Estranhamente, nenhuma empresa em atividade na indústria da construção civil em Goiás, no ano de 1985, constou da relação das 100 maiores do ICM naquele Estado, a que temos nos referido; e, menos ainda, da nossa lista das 20 constantes dela, instaladas em

Goiânia, antes de 1963. Isto, não obstante o sucesso obtido por este subsetor da indústria na economia da Capital goiana, conforme viemos buscando caracterizar.

Uma hipótese que se pode aventar é a de que, a partir de nosso último ano de referência (1963), teria interferido, naquele movimento até então sempre ascendente, algum elemento perturbador em excesso: a vizinhança de Brasília, como fator de atração de habitantes e de capital? Julgamos que, bem provavelmente, sim. Embora Goiânia ocupe, desde algum tempo, o primeiro lugar na produção industrial entre as cidades da região Centro-Oeste, a Capital federal vem alcançando população idêntica à daquela cidade (isto, muito embora tenha sido fundada cerca de um quarto de século depois). O desenvolvimento da indústria da construção civil, como se sabe, guarda estreita relação com o aumento populacional da área em que ela se instala e, por conseguinte, com a demanda por habitações que aí se estabelece.

Certos fatos podem reforçar aquela hipótese, vejamos. O primeiro sindicato patronal que se fundou em Goiânia foi o da construção civil, havendo ele servido de entidade-embrião no processo de constituição da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG),<sup>27</sup> oficializada em 1952. Em 1963, quando se realizou a I Reunião Plenária da Indústria Goiana, esse sindicato aparentemente havia desaparecido. Na reunião, em vez de um sindicato goiano, esteve representada a Associação dos Construtores e Empreiteiros de Brasília.<sup>28</sup> Mais tarde, a área da construção civil passou a ser representada na FIEG pelo Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de Goiás.<sup>29</sup>

#### *4. Serviços industriais e de utilidade pública*

Resta-nos tratar dos serviços industriais e de utilidade pública, a classe de indústria apresentada por último em nossa tabela. Em relação a ela, os dados que encontramos nos arquivos da Junta Comercial são insignificantes, visto que não incluem as iniciativas levadas a efeito pelo Estado. Em Goiânia, ao longo do tempo aqui em foco, as atividades dessa área estiveram, com raras exceções, a cargo do governo estadual.

Quanto às duas empresas apontadas na tabela, uma atuava na produção de força e luz e, muito embora só tenha se registrado na Junta em 1949, achava-se instalada já desde 1936. Isto pareceu-nos uma aberração, até porque, como todas do ramo, em nosso país, sua existência e funcionamento dependem, diretamente, de concessões governamentais. A providência, ainda que tardia, de se proceder ao registro dessa empresa naquele órgão, entretanto, deve ter guardado relação com a medida que tomaria o governo de Goiás, em 1951 \_ mas, de longa data requerida \_, de promover a encampação do seu patrimônio.

A outra empresa indicada na tabela atuava no campo dos empreendimentos industriais em comunicações telefônicas. Tratava-se de uma pequena empresa que certamente exerceu função apenas complementar à levada a efeito pelo Estado que, ao longo daquele tempo, manteve monopólio na prestação desse serviço em Goiânia.

#### *Conclusão*

Os dados numéricos que apresentamos neste trabalho são parte de um conjunto amplo de informações que reunimos, a respeito da evolução do setor empresarial da economia urbana de Goiânia, organizado com base em fontes primárias, sendo que, entre elas, a mais importante foi o acervo de documentos da Junta Comercial do Estado de Goiás. No que concerne a esta fonte, o universo de nossa pesquisa abrangeu 644 empresas, constituídas na cidade sob a forma de sociedades (solidárias, limitadas e anônimas) ou de cooperativas, com duração mínima de cinco anos.



Segundo os resultados de nossa pesquisa, nas condições do desenvolvimento econômico de Goiânia, o setor secundário encontrou melhores condições de expansão do que o terciário. Exemplificando este ponto, mencione-se que das 100 maiores empresas abrangidas em nossa pesquisa, observado o critério do volume de capital nelas investido (montante do capital social), 65 atuavam no setor industrial da cidade; eram elas: 4 do subsetor das indústrias extrativas; 44 do subsetor das indústrias de transformação \_ 17 dos ramos de produtos alimentares e bebidas, 7 de produtos minerais não-metálicos, 6 do editorial e gráfico, etc.; 17 do subsetor da indústria da construção civil.

Devemos aqui, todavia, chamar a atenção para um aspecto do desenvolvimento econômico da cidade, isto é: não obstante o peso ali exercido pela indústria de produtos alimentares, os dados apontam nitidamente no sentido de que a atividade de produção do espaço construído \_ levada a efeito pela construção civil \_ representou a mola mestra, em relação à qual os demais ramos daquela economia urbana se posicionaram. O êxito obtido em Goiânia pela indústria de transformação de produtos minerais não-metálicos e pela metalurgia voltada para a construção civil, assim como por certos ramos do comércio que atuam em intercomplementaridade com essa indústria, como são o de imóveis e o de ferragens e material de construção, evidencia fortemente a ocorrência desse fenômeno.

### *Bibliografia*

- . BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN-Goiás/Universidade Católica de Goiás, 1988.
- . BORGES, Barsanufó. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: UFG/ICHL, 1990.
- . CORDEIRO, Narcisa et QUEIROZ, Normalice. *Goiânia*: embasamento do plano urbanístico original. Goiânia, s/e, 1990.
- . FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS et SENAI/Departamento Regional do Estado de Goiás. *Anuário Industrial de Goiás \_ 1976*. Goiânia: FIEG/SENAI, 1976.
- . FERRARI, Onorina. Indústria. In: *DUARTE, Aluizio* (Coord.). *Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Geociências, 1988, pp. 171-188.
- . GOIANIDADE. Associação Goiana de Imprensa, 1992.
- . INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. II. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- . \_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- . INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. *Goiânia \_ 50 anos*; documentário de uma cidade jovem. Goiânia: IPLAN, 1986, Vol. II e IV. (Mimeo)
- . LISITA JR, Ciro. *Dicionário Enciclopédico de Goiás*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1984.
- . PAUTA EDITORA et ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS. *As maiores do ICM em Goiás*. Goiânia: Pauta Editora, 1985.
- . PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA (Org.). *Memória cultural*. Goiânia: PMG, 1985. (Depoimentos)
- . RABELO, Francisco Chagas. *Governo Mauro Borges*: tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás. Belo Horizonte, 1978. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas \_ Universidade Federal de Minas Gerais.
- . SABINO JR., Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

### **NOTAS:**

---

<sup>1</sup> Sabemos que, pela classificação tradicional, a atividade extrativa vegetal pertence ao setor primário da economia \_ o agropecuário. Contudo, deliberamos, para efeitos da pesquisa aqui em pauta, adotar a classificação geral utilizada pelo IBGE no Censo de 1950 (o mais completo entre os realizados no período nela em causa), a fim de, com isso, permitir a confrontação dos resultados do nosso levantamento com os obtidos nele, quando isto fosse possível.

<sup>2</sup> Pedro Ludovico Teixeira, *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal \_ 1939*, Goiânia, Imprensa Oficial, 1939.

- 
- <sup>3</sup> Venerando de Freitas Borges, *Relatório*, Goiânia, Prefeitura Municipal de Goiânia, janeiro/1941. (Mimeo)
- <sup>4</sup> Ver Pedro Ludovico Teixeira, no *Relatório* de 1939, citado antes.
- <sup>5</sup> Ver Venerando F. Borges, no *Relatório* de 1941, já citado.
- <sup>6</sup> Chegamos a esses dados utilizando duas fontes: Pauta Editora/Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás, 1985 e Federação das indústrias do Estado de Goiás/SENAI, 1975.
- <sup>7</sup> Segundo as descrições contidas em grande parte da bibliografia acerca de Goiás, a sociedade goiana, pelo seu modo de vida, constituía-se em uma variedade excepcionalmente rústica do tipo rural tradicional brasileiro, pelo menos até a década de 1950.
- <sup>8</sup> A Imprensa Oficial responsabilizava-se pela edição regular do órgão oficial de imprensa do Estado \_ até 1943, denominado *Correio Oficial* e, depois disso, *Diário Oficial do Estado de Goiás* \_ e também da publicação de uma série de outros materiais de interesse do governo. O *Diário Oficial do Município de Goiânia* somente passou a circular em 1960.
- <sup>9</sup> Pedro Ludovico iniciou-se no jornalismo ainda quando estudante, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1923, residindo já em Goiás, foi um dos fundadores do jornal *Sudoeste*, editado na cidade de Rio Verde (GO). Prestava colaboração também a vários órgãos de imprensa daquele Estado e do Triângulo Mineiro, mesmo depois de iniciada a sua vida política. Venerando F. Borges foi um dos fundadores do jornal *O Comércio* e da Associação Goiana de Imprensa, na cidade de Goiás ("Velho"). Em Goiânia, colaborou com muitos veículos de imprensa e dirigiu outros \_ foi diretor do *Jornal de Goiânia* (criado em 1936), da Rádio Clube de Goiânia (instalada em 1942) e dos Diários Associados de Goiás (organizados em 1947).
- <sup>10</sup> Conforme seu registro na Junta Comercial do Estado de Goiás.
- <sup>11</sup> O texto completo do termo de contrato acha-se na coletânea organizada por Ofélia S. do Nascimento Monteiro, *Como nasceu Goiânia*, 1938, pp.131-132.
- <sup>12</sup> Texto completo em Monteiro, *op.cit.*: 122-123
- <sup>13</sup> *Id. ibid.*: 162.
- <sup>14</sup> *Id. ibid.*: 149-151.
- <sup>15</sup> *Id. ibid.*:215-216.
- <sup>16</sup> *Id. ibid.*: 195-198.
- <sup>17</sup> Ver edital e comentários em Monteiro, *op.cit.*p.439ss.
- <sup>18</sup> Correspondência do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno (de 09/08/37) ao então Governador. Arquivo Pedro Ludovico (APL), Pasta 76.
- <sup>19</sup> Relatórios da Seção de Arquitetura da Superintendência Geral das Obras de Goiânia, encontrados em APL, Pasta 134 .
- <sup>20</sup> Relatório da Superintendência Geral das Obras de Goiânia ao governador Pedro Ludovico, em 1937. Acha-se transcrito em Geraldo T.Alvares, 1942, p.120.
- <sup>21</sup> Portaria Nº-67, da Superintendência Geral das Obras de Goiânia, transcrita em Alvares, 1942, pp.156-158.
- <sup>22</sup> Relatório referido na nota nº-2, deste trabalho.
- <sup>23</sup> O mesmo Relatório citado na nota anterior.
- <sup>24</sup> Imerino Soares de Carvalho exerceu, em Goiânia, também os seguintes cargos: gerente do Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, superintendente regional do Banco Mercantil de Minas Gerais S/A, presidente da Caixa Econômica Federal do Estado de Goiás e presidente da Associação Comercial do Estado de Goiás.

- 
- <sup>25</sup> Prefeitura Municipal de Goiânia, *Código de Edificações de Goiânia*, Goiânia, Tipografia Popular, 1952.
- <sup>26</sup> Em pesquisa que realizamos sobre o conjunto do setor empresarial de Goiânia no período aqui considerado, uma das tarefas consistiu em saber quais tinham sido as profissões/ocupações exercidas pelos empresários anteriormente à ocasião em que se estabeleceram na cidade como proprietários de negócios. De acordo com os resultados obtidos, o grupo de profissionais de engenharia e arquitetura foi o terceiro colocado (7% do universo da pesquisa) na composição do empresariado da cidade. Foram superados apenas pelos que antes tinham sido comerciantes ou industriais.
- <sup>27</sup> Federação das Indústrias do Estado de Goiás, *Goiás Industrial*, ano I, Goiânia, jun/1953, p. 14
- <sup>28</sup> Confederação Nacional da Indústria, *Boletim de Informações da CNI \_ Edição Especial*, s/l, CNI, 1963, p. 2.
- <sup>29</sup> Federação das Indústrias do Estado de Goiás, 1977, *Jubileu de Prata \_ Esboço histórico da Federação das Indústrias do Estado de Goiás*, Goiânia, FIEG, 1977.